

**ENTRE A PRUDÊNCIA E O DESPAUTÉRIO:
CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DO DISCURSO
CONSERVADOR BRASILEIRO E SEUS ATRAVESSAMENTOS POLÍTICOS¹**

Patrick Luiz Martins Freitas Silva¹

RESUMO

Chamo de estrutura tridimensional do conservadorismo a conjugação de três elementos gramaticais fundamentais do seu discurso político: identidade exclusiva, (des) ordem pública e imperativo moralizante. A **identidade exclusiva** contempla o discurso polarizante do “nós” e do “outro”, reúne elementos simbólicos de matriz religiosa e tendência unificadora, espelhada especialmente no mascaramento do passado; a **(des) ordem pública** é a retórica argumentativa de atribuição dos problemas sociais visíveis (crise econômica e violência) à situação de um período, dispensando explicações mais complexas, e alimentando-se da promessa de recuperação da paz ilustrada pela via institucional; por sua vez, o **imperativo moralizante** é constituído da crença de que há classificações aceitáveis de enquadramento intencional humano, e que é possível constituir um governo que se livre da concupiscência pela via da escolha dos melhores. Tenho por objetivo neste trabalho, com base nos apontamentos históricos, identificar esses três marcos gerais do discurso conservador brasileiro, apontando como esses argumentos (retóricos) aparecem nos caminhos estratégicos da tomada do poder político. Demonstro sobretudo como “*o prenúncio de novas eras e a ascensão de grupos sociais de interesses provocam no espírito conservador os distúrbios e receios quanto à segurança de seu poder, dando margem a reações teóricas*” (Mercadante, 1980).

Palavras-chave: Conservadorismo. Poder Político. Discurso. Moralismo. Identidade Pública.

Sumário: Introdução. 2. O Conservadorismo. 2.1. Enquanto postura individual. 2.2. Como a expressão de um coletivo. 3. O discurso conservador como estratégia de poder. 3.1. A Identidade Exclusiva. 3.2. A (Des) Ordem Pública. 3.3. O Imperativo Moralizante. Apontamentos Finais.

¹ Professor da Rede de Ensino Doctum. Mestre em Direito pela PUC-RJ.

INTRODUÇÃO

As estruturas do pensamento coletivo nem sempre estão abstratamente organizadas, inclusive as das matrizes teóricas das reflexões políticas. É uma das tarefas das ciências do espírito localizar, no discurso racional, os âmbitos de coesão e consistência dos arranjos do pensamento, da linguagem e do poder, afim de que possam ser classificadas e compreendidas as fórmulas de tomada de decisão no *ethos*. Indefinições e imprecisões são desafios.

O debate sobre “conservadores” e “progressistas” é atravessado pelas nuances da indefinição conceitual, da impropriedade terminológica e dos recortes temporais, espaciais e subjetivos que lhes são adjacentes. Deste modo, se se pode dizer que há comunistas e capitalistas conservadores³, suscita-se na indefinição desses termos a imprecisão do objeto que se conserva e do conteúdo do que pode ser chamado de progressão para o momento em que é pronunciado; também as diferentes encampanções de pensamento que essas correntes se dizem proprietárias nos diferentes tempos e espaços de geografia política; e a heterogeneidade dos movimentos que se pretenderam enquadrados.

Começo este trabalho confessando não trabalhar com a pretensão de estabelecer o que seriam os imperativos categóricos de toda a ideia de conservadorismo no tempo e no espaço, mas meu propósito é o de **identificar quais marcos argumentativos apontam para o que se tem chamado de ideias do conservadorismo no Brasil**. Também não pretendo tecer um trabalho que visa catalogar os caracteres nobres das intenções conservadoras, como as das definições generalizantes e graciosas de Roger Scruton⁴, tampouco visou dar lugar às acusações ao

³ Neste sentido, Antônio Callado, sobre o movimento de Tiriri: “Dois tipos de homem, em Pernambuco, detestam a experiência de Tiriri porque ela pode eliminar, por desnecessária, a violência, o banho de sangue: um é o comunista ortodoxo, como David Capistrano, outro, o senhor de engenho tradicionalista, como Francisco Falcão. **São ambos conservadores**. Um conserva a forma da Revolução e outro a da chamada civilização cristã e ocidental. David Capistrano quer o banho de sangue para não perder o sofrimento adquirido pelas massas, e Falcão, para não perder os privilégios adquiridos pelas elites.” (Callado, 1964, p. 139) (grifos nossos).

⁴ Scruton define como marco intencional da “atitude conservadora” a necessidade de preservação do que é bom e que se herdou do passado. In literis: “(...) quaisquer que sejam as nossas religiões e convicções particulares, somos herdeiros coletivos de coisas excelentes e raras, e a vida política, para nós, deveria

movimento que tem sido desenhadas pelos argumentos de esquerda; pretendo trabalhar ao máximo possível com as duas faces dessa corrente ideológica reunidora de gosto estético e apego identitário, e ao máximo identificar as práticas cíclicas de busca da concentração do poder político que se mostraram eficientes nos discursos do regime militar da década de 1960 e nos atuais argumentos que retomam sutis arquétipos do passado.

Os três modelos argumentativos (tridimensionalidade) de realce da lógica conservadora são o mote do que pretendo demonstrar com mais veemência, é o seu princípio persuasivo.

Como movimento de reivindicação de índole tradicionalista (Mannheim, 1982, p. 116), trabalho a intensão comunicativa do conservadorismo no paradigma performativo da **autoridade identitária**, e chamo de exclusiva por que é excludente, se direcionando à proteção do “nós” conservadores enquanto povo único herdeiro de crenças, pensamentos e instituições próprias. Enquanto receptor de uma leitura social que postula pelo “estabelecimento de certas relações entre o indivíduo e a sociedade”, que dão “lugar a uma situação permanente de equilíbrio que o legislador deve tornar estável por meio de instituições assecuratórias de uma ordem tão inalterável quanto possível”, no contraste entre autoridade e liberdade (Amaral, 2002, p. 264), observo seus condicionamentos como alternativa de poder diante do temor da **desordem pública**. E como apto a ocupar o poder de forma a representar legitimamente o interesse dos identitários, “de integridade moral perfeita, lembrem, pela dignidade, pela lealdade e pela probidade” (Mercadante, 1980, p. 36), reestabelecendo a gramática política em que se reconhecem na ordem, faço uma crítica da postulação pelo **reconhecimento moralístico**, imperativo por que é deontológico e prescritivo.

Minha preocupação com os aspectos argumentativos se deve ao reconhecimento de seus caracteres persuasivos e performativos, medidos articuladamente em momentos de crises, sejam de **identidade** (com a ascensão de grupos hegemônicos), de **ordem** (com os abalos institucionais econômicos e de segurança), e sobretudo crises de **moral pública**. Tal posição argumentativa é

ter como objetivo primordial trazê-las bem firmes, no intuito de transmiti-las aos nossos filhos”. (Scruton, 2015, p. 27)

reacionária, e se manifesta especificamente diante do “ataque ideológico de um grupo social, a prenunciar uma nova era, ou que represente interesses de grupos sociais ascendentes”. “(...) É que provoca no espírito conservador os túrbidos receios quanto à segurança de seu poder, dando margem a determinadas reações teóricas” (Mercadante, 1980, p. 227).

2. O CONSERVADORISMO

A dinâmica de reconstrução histórica e de identificação de uma corrente de pensamento político para que caiba dentro de uma linha classificativa, “o conservadorismo”, propõe, *a priori*, dois tipos de análise: a primeira de caráter mais genérico, buscando conceituar os preceitos básicos de definição de contornos gerais direcionados ao seu reconhecimento; e a segunda de caráter mais específico, que remonta ao objeto de estudos recortado, o Brasil, da identificação dos pensamentos e das ideias nucleares e adjacentes do movimento. As definições de contorno mais geral geralmente tem o condão de oferecer conceitos rígidos sobre o movimento que se estuda, muito embora essas definições sejam em si confessadamente incompletas. Já as definições de caráter especial remontam o estudo das origens sistêmicas e os apontamentos ideológicos que historificam o reconhecimento das estruturas (de linguagem, de signos e de roupagem popular) em que se firmou a alvenaria de convicções políticas⁵.

⁵ “Desse pensamento calmoso parece nascer a formulação da ideia conservadora, exposta por Firmino: “A ideia conservadora é inseparável de todas as instituições, em todos os tempos e fases da civilização. É a primeira que surge no dia seguinte ao das revoluções para firmar-lhe as conquistas. Sem ela a sociedade giraria desnorteada, como no espaço os corpos privados do centro de gravitação. . . Nos domínios da razão e da consciência este instinto se traduz no desejo de conservar o bem que possuímos; de não abandonarmos irrefletidamente o certo pelo duvidoso; de não caminhar para o desconhecimento senão à luz da experiência dos fatos sucessivos, das ideias encadeadas como nas ciências exatas chegamos. . . A ideia conservadora não é a imobilidade chim, nem a fatalidade islamita. Não exclui o movimento pela mesma razão por que o não considera a única condição de aperfeiçoamento do ente moral, indivíduo ou sociedade. . . O movimento é portanto uma lei de sua conservação, como de todo criado, e o progresso não é senão o movimento, na ordem moral e intelectual.”²⁶ Ao espírito ilustrado, alistado nas hostes conservadoras, teria pois cabido, em toda a história do século passado, o evitar as concussões, o mérito das reformas, realizando-as prudentemente. O próprio Rodrigues da Silva diria que as reformas propostas pelos liberais deviam sempre ser encaradas com desconfiança. Os conservadores,

Se não é possível estabelecer conceitos definitivos para a tipificação do conservadorismo como movimento social e político cartesiano, alguns contornos históricos podem apontar para certo consenso sobre o momento histórico e as reivindicações políticas em que se pôde a partir de então observar as tendências do que se convencionou rotular como atitude conservadora. Essas tendências tem sido constantemente apontadas nos estudos sociológicos como "forças de reação", enquanto posicionamento particular frente ao dinamismo social composto pelas sucessivas transições ocidentais. A importância dada ao poder instituído e a valorização da religião e das associações intermediárias (família), o apreço às hierarquias e a aversão ao igualitarismo em suas várias manifestações, d'onde a desorganização é vista como atributo das mudanças, costumam ser as marcas históricas comuns do conservadorismo (Ferreira, Botelho, 2010, p. 11, 12).

2.1. Enquanto postura individual

Enquanto estrutura de pensamento, Karl Mannheim o identificou como a postura essencial oposta aos aspectos do pensamento baseado no direito natural (das premissas como 'estado de natureza', 'contrato social', 'soberania popular' e 'direitos alienáveis do homem') e no racionalismo, no procedimento dedutivo e das pretensões de validade universal. Sua oposição se consubstancia na substituição da razão por conceitos dogmáticos como história, nação e vida, pondo-se a reconhecer racionalidade na realidade, e o firmamento na individualidade como genética substancial da existência (Mannheim, 1982, p. 134 a 136). A individualidade é representada como a visão que caracteriza os seres humanos "como responsáveis uns pelos outros, vinculados em associações de responsabilidade mútua e encontrando realização na família e na vida da sociedade civil". Deste modo a existência de cidadãos, participando livremente na *pólis*, "é possível graças aos vínculos afetivos duradouros às coisas que nos são caras". A rejeição teórica é pela tratativa da condição subjetiva "como a do homo oeconomicus, buscando em tudo um modo de satisfazer os

quando sentem necessidade delas, fazem-nas. Fazemos no governo o que eles reclamam em oposição, dizem eles, os conservadores" (Mercadante, 1980, p. 244).

desejos privados”. Ao contrário, preserva-se a religião e as criações tradicionais por que reconhece-se o humano como criatura que constroi lares, “em busca de valores intrínsecos e o que nos importa são os fins, não os meios, de nossa existência” (Scruton, 2015, p. 135).

Sem pretender o reconhecer o mérito ou deméritos dessas posturas da filosofia conservadora, o reconhecimento dessas condições de valor sobre as quais se recaem os comportamentos, fez com que alguns pensadores classificasse o conservadorismo não como corrente ideológica, ou dogmática de mundo, mas como mera postura individual perante o mundo. É o caso por exemplo de Michel Oakeshott e Russel Kirk; o primeiro afastando do conservadorismo as características de crença e de doutrina, imputou ao mesmo o caráter sintomático, como "inclinação a pensar e a comportar-se de determinada forma", sendo que suas características gerais seriam as de "propensão ao uso e gozo daquilo que se tem, em vez do desejo ou busca de outra coisa, a aprazer-se mais com o presente do que com o passado ou o futuro", com o notório apego à segurança: "(...) ser conservador é preferir o familiar ao desconhecido, preferir o tentado ao não tentado, o facto ao mistério, o real ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao superabundante, o conveniente ao perfeito, a felicidade presente à utópica" (Oakeshott, 2014, p. 4 a 6); o segundo em linha não diversa define-os como conjuntos de sentimentos⁶.

A caracterização do conservadorismo enquanto postura individual direcionada ao que é seguro, como contorno do que se tem reconhecido em caráter mais universal sobre o que é conservadorismo em todo tempo e espaço, me interessa menos aos propósitos deste trabalho, exceto pelo fato de que pode ser um fator de engendramento do discurso político a apresentação de líderes que são portadores de posturas ambiciosas no sentido de governar com mais segurança e menos liberdade. As

⁶ “Não sendo nem uma religião nem uma ideologia, o conjunto de opiniões designado como conservadorismo não possui nem uma Escritura Sagrada, nem um Das Kapital, como fonte de dogmas. (...) Talvez fosse adequado, na maioria das vezes, utilizar a palavra 'conservador' mormente como adjetivo. Não existe um modelo conservador, e o conservadorismo é a negação da ideologia: é um estado de espírito, um tipo de caráter, um modo de ver a ordem civil e social. A posição chamada conservadora se sustenta em um conjunto de sentimentos, e não em um sistema de dogmas ideológicos. (...) Para a preservação de uma diversidade saudável em qualquer civilização, devem remanescer ordens e classes, diferenças na condição material e muitos tipos de desigualdade” (Kirk, 2014, p. 102 e 108).

definições de caráter específico servem mais ao propósito de identificar como no Brasil se constituíram as bases estruturais do pensamento conservador. A intenção discursiva, que tratarei no capítulo próprio, que serve como estratégia à tomada e perpetuação do poder político institucional, não está alijada desses contornos abstratos do que é um conservador, mas encontra melhores justificações pragmáticas na historiografia social do pensamento político brasileiro: monárquico, mercantil e religioso.

2.2. Como a expressão de um coletivo

O trabalho de Paulo Mercadante é essencial para o estudo dessas projeções históricas do conservadorismo no Brasil. Sem se imiscuir no marasmo conceitualística, Mercadante se propõe a apresentar traços culturais (geopolíticos) das origens e desenvolvimento conservador.

A multiplicidade de informações sociais (culturais) e a heterogeneidade dos movimentos importados⁷ no Brasil apontam sobretudo a um mote conciliador. Se dissemos acima que o pensamento conservador está amalgamado à intenção tradicionalista, das reflexões de Karl Mannheim, a forma do estabelecimento das tradições do país se deram sobre múltiplas matrizes agregadas. A feição conciliatória, traço distintivo da mentalidade conservadora brasileira, traz “em seu espírito o reflexo das faces mercantil e feudal do domínio, teve a intelligentsia nacional que conciliar também o liberalismo econômico e o instituto da escravatura”, sempre na necessidade ajustá-los à realidade do país (Mercadante, 1980, p.11). O “conservador nos costumes e liberal na economia” tem traços profundos de uma ideologia religiosa

⁷ Aqui é interessante observar que as importações culturais, ou migrações culturais que acompanham os imigrantes do Estado, é uma característica um tanto comum das ideologias nos países-colônias. É o que se vê na reflexão do Visconde do Uruguai a respeito dos Estados Unidos e as raízes institucionais inglesas, in literis: “*Os emigrantes ingleses que fundaram os Estados Unidos, argumenta o lúcido tratadista, levaram consigo o espírito das instituições de seu país, a educação e o hábito necessário para manejá-los. Apoiado em Tocqueville — De la Démocratie en Amérique — refere-se ao mundo cristão agitado e à participação da Inglaterra nessas disputas religiosas. Intensificada a instrução, a cultura se aprimorava com as lutas intelectuais, e mais argumentador se revelava o caráter dos habitantes. “ Todas essas feições gerais da nação se encontravam nas fisionomias daqueles seus filhos que iam buscar um novo porvir do outro lado do Oceano. Levavam esses emigrantes admiráveis elementos de ordem e moralidade”* (Mercadante, 1980, p. 126 a 127).

voltada à importação dos hábitos europeus, munido de um contexto econômico que conjugava a presença da monarquia e seus privilégios, da burguesia e da ascensão do mercantilismo⁸.

É de importância singular a ênfase a esse “lastro ideológico que se transplantava juntamente com a política administrativa e econômica”, o religioso – judaico-cristão e católico. A presença nas capitanias do vigário e os capelães, refletem a cultura de conciliação do rei ao lado do grão-mestre de Cristo. O critério de seleção dos provincianos era antes religioso, e só depois pensado no critério nacional, pois o colono se fosse católico tinha o privilégio de não sofrer restrições em seu trabalho.

A instrução limitava-se a escolas fundadas e dirigidas por jesuítas e mesmo posteriormente o ensino nas escolas régias não podia conflitar com a doutrina cristã. Em outro instrumento de divulgação religiosa consistia o sermão, recurso de que se utilizava a clerezia para a divulgação de seus princípios. A filosofia moral propagava-se através de lições de moral e religião, num processo retórico apropriado aos objetivos da Igreja. Toda a literatura era piedosa. A projeção de um poema renascentista, como *Os Lusíadas*, na literatura do ultramar americano fazia-se mediante a redução das formas neoclássicas ao modelo escolástico. Bento Teixeira Pinto fugia a um apelo às divindades gregas, sacrificando a regra clássica, para a invocação ao Deus dos cristãos. Gandavo, em seu Tratado esclarecia, referindo-se às bananas: “estas pequenas têm dentro de si uma cousa estranha, a qual é que quando as cortam pelo meio com uma faca ou por qualquer parte que seja, acha-se nelas um sinal à maneira do Crucifixo, e assim lolalmente o parecem. (Mercadante, 1980, 32 a 33)

Ao dominar a instrução, o Catolicismo penetrava em todas as manifestações culturais da colônia, inclusive no estabelecimento da Santa Inquisição⁹.

⁸ “Ao mercantilismo peninsular caberia a exploração do comércio intercontinental; entretanto, integrado no sistema feudal ou com ele comprometido, constitui, à sombra do Estado, apenas uma cunha dentro do sistema tradicional. A monarquia torna-se a instituição mais importante do Estado português; nela está arraigado, como aresta, o mercantilismo, imprimindo ímpeto nas atividades ultramarinas estatais, pois, “no final do século XIV, havia já em Portugal uma classe mercantil cosmopolita, rica e influente, com gostos e interesses opostos aos dos barões feudais”. (Mercadante, 1980, p. 23 a 24)

⁹ “Qualquer palestra ou afirmação atrevida podia ser deturpada e arrastar o imprudente à fogueira. Da visitação de Marcos Teixeira, a que alude Capistrano de Abreu, há uma lista de mais de uma centena de pessoas denunciadas, e uma octogenária foi então queimada”. Não escapavam de fiscalização as bibliotecas dos próprios senhores de engenho. Da metrópole propagava-se pois o Catolicismo para as novas áreas abertas à colonização. Não só as crenças religiosas, mas os próprios sentimentos projetavam-se nas terras. O processo de distribuição de glebas em sesmarias facilitava a difusão das tradições e preconceitos do meio originário. Os donatários orgulhavam-se de suas linhagens fidalgas,

Seus marcos na consciência coletiva (de punição do mau, de retribuição do injusto), são inumeráveis. O marco civilizatório é, por assim dizer, a expressão biotípica da elaboração da política, nesse caso, numa política que toma corpo no âmbito do império, religiosa e institucional. A integridade das forças políticas, nos dizeres da elaboração de Brás Florentino, se alicerçaria no Poder Moderador. “Numa sociedade bem ordenada, argumentava, existe uma certa harmonia, uma hierarquia entre as coisas; o sistema do Poder Moderador, unificando na pessoa do rei todas as forças sociais, reconstitui o equilíbrio dentro do organismo nacional” (Mercadante, 1980, p. 201). Aqui a ideologia, a filosofia, já começavam a desenhar o status tridimensional que se revê em argumentos a ordem, a estabilidade e a bondade específica. Ou como tenho dito, a ordem, a identidade e o imperativo moral. Neste caso, transpassados ao nível do Estado pela defesa do equilíbrio das forças, da hereditariedade da coroa e do amor à coisa pública. A unificação do poder, inclusive para a garantia da estabilidade de quem conserna em detrimento das conjunturas frágeis que por aqui sempre foi a regra, se faziam num esforço descomunal pela retórica da integridade. Exercem marcos de natureza harmonizante a “inviolabilidade e a sacralidade” do governante (Mercadante, 1980, p. 202).

Em síntese, como pensamento pragmático (apegado às formas como estão), a formação do conservadorismo brasileiro poderia apontar para alguns sentidos: a) o da defesa de um projeto político conciliatório, que congregue diferentes aspectos das dinâmicas sociais e políticas europeias, ainda que lá fossem tidas como incompatíveis quando aqui foram importadas; b) a integridade na moral religiosa, a crença na autoridade; c) a tendência de defesa das classes elitistas, já que se afiguram no

cultivavam hábitos aristocráticos. Avezados ainda à violência das guerras de conquistas, identificavam o saque vencido à noção própria de honra, entendendo por fim a conquista da terra e a submissão do gentio em termos de luta religiosa contra os infiéis idólatras. Não faltariam determinação e audácia, atributos do sentimento senhorial português, ao espírito de pioneirismo, responsável pela descoberta das minas. Quando se cuida da captura do gentio, da mesma forma, o sentido de violência que preside a preia procede do alento das cruzadas contra os africanos, na época da formação da ideologia expansionista. Honra e saque confundem-se na ideologia do colonato, o que justifica as palavras do Bispo de Leiria aos condenados que partiam para o Brasil: ‘Vá, degradado para o Brasil, donde voltará rico e honrado’”. (Mercadante, 1980, 33 a 34)

aporte hierárquico naturalizado da dinâmica social de poder e de como as coisas funcionam¹⁰.

É importante o compromisso que fizemos ao início de não buscar conceituar definições totais sobre o que seria o conservadorismo, por que estes apontamentos, que são verdadeiras direções para onde vão os argumentos dos conservadores (quando se pretendem conservadores), estão assim dispostos na consciência política brasileira desde a sua formação mais derradeira. O que se incluiu revolucionariamente no país em questões de “representação política” e democracia popular, continuou a congregar os símbolos imperiais, as honras subjetivas e as vantagens da defesa da elite que já subsistiam desde as configurações ilustradas de quem sempre pretender conservar as estruturas sistêmicas de poder.

3. O DISCURSO CONSERVADOR COMO ESTRATÉGIA DE PODER

Se está estabelecido que os apontamentos do padrão conservadorista são as matrizes de ordem religiosa e moral, elitizadora, mercantil (liberal) e de fortalecimento institucional, há ainda que se perceber duas coisas: a primeira é a maneira com que determinados discursos costuram essas estruturas de linguagem para se pretenderem hegemônicos, e a segunda é como esses discursos se adaptam aos lápsos de tomada e perpetuação dos poderes políticos e econômicos.

Talvez o movimento político mais marcante de tomada de poder conservador no Brasil fora a revolução perpetrada pelos militares em 1964. Embora ainda seja muito cedo para dizer, traços parecidos se identificaram nas eleições

¹⁰ Não se pode ouvir que este segundo marco, ou institucional de Estado, nas reflexões de Renato Lessa não se configuraram de forma “natural”, ou espontânea, na vida social brasileira. In literis: “As instituições e as regulações que envolveram a criação da política social e a organização do mundo do trabalho, nas décadas de 30 e 40 do século passado, representam o que talvez tenha sido a mais forte evidência brasileira de demiurgia institucional e constitucional. Luiz Werneck Vianna, em livro clássico, fez-lhe análise inspirada e incontornável (Werneck Vianna, 1976). Se voltarmos à letra de Oliveira Vianna, um dos intelectuais desse ato maior de demiurgia, a arquitetura da legislação social e trabalhista pode ser percebida como a resposta mais adequada ao passivo sociológico nacional. O déficit crônico de sociabilidade e solidariedade, sugerido nas interpretações daquele autor, teria fixado a urgência da invenção de um macro artifício capaz de configurar identidades e obrigações; um marco de agregação e de configuração nacionais que não resultou da dinâmica espontânea da vida social”. (Lessa, 2012, p. 13)

de 2018, que congregou através das redes sociais uma adesão evidente às premissas argumentativas da identidade, da ordem e do imperativo moral que já havia tido expoente na década de 60. Nos dois momentos, o mesmo cenário típico: a volta do processo inflacionário no declínio econômico que apavorava a população com o exponencial do desemprego, a queda dos investimentos estrangeiros, as constantes greves e os gastos do governo superando o quantum arrecadado, e a apresentação de respostas rígidas e soluções reacionárias aos problemas complexos.

A tomada de poder nessas circunstâncias conjugam as ordens de dominação webereana. O apelo aos marcos civilizacionais tradicionais, como os cultura cristã, que carregam em si a autoridade do poder baseada nos imperativos morais, suscita a segurança desejada diante daquilo que já foi testado; a tradição evoca a identidade, sua simbologia tras à tona os olhares nostálgicos da consciência de um passado que existe maqueado na memória das pessoas. O propício surgimento de líderes respeitados pelo carisma se associa ao reconhecimento da portabilidade dos imperativos morais para conduzir o Poder; geralmente a postura de incorruptível é a roupagem que falta para a aceitação popular da autoridade autoritária legítima. Por fim, a racionalidade-legal surge como resposta aparente diante do desconforto da desordem, como resposta difícil, por que sua implementação é dolorosa, mas ao mesmo tempo fácil, por que suas promessas suscitam visibilidade pragmática aos mais leigos.

Como reforcei alhures, a face obscura das promessas de solução dos controversos desafios sociais que oferecem vocabulário ao pensamento conservador, é tão evidente quanto os seus louváveis interesses proclamados. O que fazer com os que não se encaixam na identidade? Que meios são justificáveis à obtenção dos fins últimos do que chamam ordem pública? E qual é o grau de tartufice aceitável para se condenar as imoralidades do inimigo, tendo em vista que as faces da imoralidade são a contramão da moralidade de qualquer grupo? São questões que sobrelevam a importância da análise crítica do discurso de poder e dominância possível de ser alcançado pela via do aporte conservador.

3.1. A Identidade Exclusiva

Não é privativo da corrente conservadora, por óbvio, a agregação das identidades subjetivas que compõem seu reduto ideológico. No entanto, é uma característica peculiar a função excludente no movimento: a identificação do “nós” e do “outro”, com os argumentos que se direcionam ao outro em sentido temeroso, e por vezes, demonizador. É o caso por exemplo, no âmbito político brasileiro, da recorrente identificação do “outro-comunista” ocorrido tanto em 1964¹¹ quanto no mais recente processo eleitoral. Tanto o olhar cômico que se coloca sobre os vermelhos, na marchinha do “vermelho bom só no batom” de 1964 ou no “vá pra cuba” de 2018, quanto a identificação de uma “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que pretendia, sobretudo, espantar o “demônio do comunismo”, retratam lógicas fragmentárias de identificação da ideologia oposta como uma ameaça ao sistema das normalidades¹².

Essa ilustração da ameaça do outro não precisa condensar firmamentos no reais. Tanto na ascensão da União Soviética durante a Guerra Fria

¹¹ O anticomunismo da roda do pensamento conservador era uma mistura de medo real com uma espécie de industrialização do pavor, a fim de permitir que bandeiras simplesmente libertárias ou reformistas fossem confundidas com o “perigo vermelho”. No centro da questão, no Brasil, estavam as incertezas do regime de 1946 e sua crise, provocada pela difícil convivência entre o sufrágio universal e a questão social projetada sobre o funcionamento do Estado. (Gaspari, 2002, p. 221)

¹² “Precisamente, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram atos públicos organizados por setores católicos da classe média urbana e impulsionados por políticos conservadores (a Ação Democrática Parlamentar, em primeiro lugar), pela elite empresarial (reunida no IPES) e pelos movimentos femininos que reuniram milhares de pessoas às vésperas do 31 de março nas principais cidades brasileiras. Condenavam genericamente a política “populista” (isto é, “a demagogia, a desordem e a corrupção”) e o “comunismo” (seja seu caráter “materialista e ateu”, seja o risco que o “totalitarismo” poderia representar à propriedade privada e à democracia). Fazendo eco ao clima de guerra fria, comunismo e populismo eram considerados posturas simetricamente “antidemocráticas”. O primeiro porque “esmagava o indivíduo”, na expressão corrente da época, sufocando a “liberdade”; o segundo porque impedia a realização plena da “verdadeira democracia” (na verdade, uma versão idealizada e elitista do funcionamento do regime liberal-democrático nos países capitalistas centrais). Simplificadamente, as Marchas batiam-se pela obediência aos “valores tradicionais cristãos” (o terço e o rosário, o matrimônio, a família) e pela observação das “liberdades individuais” (a liberdade de expressão, a liberdade religiosa, a propriedade privada) ameaçadas (ou supostamente ameaçadas) pelo governo Goulart”. (Cordato e Oliveira, 2004)

quanto a identificação de outros tempos, só dependem da crise¹³ para serem adotadas como argumentos retóricos de classificação do inimigo. Por isso, creio ser possível concluir que o apego ao valor que se defende como “nosso”, é sobretudo de natureza simbólica, e também o é a ameaça à sua desconstituição. A identificação do inimigo é sobretudo a mais mínima possível, uma vez que não pode contemplar um número máximo de declarados à oposição. O intuito dessa última característica é a de condensar o mais firmemente possível uma unificação do todo: do brasileiro, do país, da nação, da sociedade. Suscita-se o combate da maioria em detrimento da minoria.

Os conceitos de povo, nação, território, brasileiros e trabalhadores, não são suficientes para promover uma identificação do todo dentro de um conjunto heterônimo que se compõe da diversidade ideológica, isso funciona exclusivamente no agregamento em prol da forças produtivas, como assinalamos outrora acerca da combinação peculiar entre o mercantilismo e o escravismo. Ao contrário, nação e povo tomam uso retórico, dividindo aqueles que estão “em nosso favor” e os que estão na ala que se opõe a conservação das hierarquias sociais que sustentam o conservadorismo. Foi este signo que levou Jango à condição de combatível à época de 60, já que *"na ótica dos militares e dos demais setores civis golpistas, Jango simbolizava tudo aquilo que havia de 'negativo' na vida política brasileira: demagogo, subversivo e implacável inimigo da ordem capitalista"* (Toledo appud Codato e Oliveira, 2004)

3.2. A (Des) Ordem Pública

O apego institucional do conservadorismo, reiteradamente apontado aqui, arquiteta o arquétipo de segurança sistêmica¹⁴. O discurso em prol da

¹³ “Na mobilização pela derrubada de Jango e pela contenção dos movimentos sociais, às empresas multinacionais, ao latifúndio e aos militares somavam-se agora o alto clero, apavorado com os comunistas, e a grande imprensa, sempre pronta a vocalizar os interesses ‘do alto’”. (Pilatti, 2013, p. 92)

¹⁴ Daí o apego do conservadorismo ao legalismo. *"São pois alguns motivos que tornam impossível a constante da radicalização. Haverá necessariamente um compromisso e conseqüente elaboração de um ethos legalista com os seus princípios. O fetiche da legalidade, empolgando o grupo vitorioso, acabará se transformando numa dinâmica, contendo em seu núcleo o novo equilíbrio."* (Mercadante, 1980, p. 19)

ordem pública é a retórica argumentativa de atribuição dos problemas sociais visíveis (crise econômica e violência) à situação de um período, dispensando explicações mais complexas, e alimentando-se da promessa de recuperação da paz ilustrada pela via institucional. Aparece no apego às noções fechadas de civismo e nacionalismo, de segurança militar e repressão. A moção de ordem de Plínio Salgado, a exemplo, ao se direcionar aos “compatriotas” com os dizeres: *"Bravos soldados, marinheiros e aviadores de nossa pátria, sereis capazes de erguer vossas armas contra aqueles que querem se levantar, aqueles que se levantam contra a desordem, a subversão, a anarquia, o comunismo? Esta manifestação não vos comove?"* (Condato e Oliveira, 2004), é um dos exemplos do que se pode chamar de argumento retórico de ordem.

Ordem é compreendida como hierarquia e obediência, respeito a símbolos e referências patrióticas. E a paz, que chamo de ilustrada, se alimenta das utopias de uma sociedade do passado que nunca existiu, mas que é concebida como algo a ser retomado. A contradição é apontada inclusive no contraste entre a ideologia que se prega de aplicação social e a pragmática militar, nos dizeres de Gaspari: “(...) A partir da tarde de 31 de março de 1964, quando o general Olympio Mourão Filho marchou de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro, onde se definiu como “uma vaca fardada”, o Brasil entrou num regime militar em que conviveram esquizofrenicamente uma obsessão pela ordem pública e a desordem nos quartéis”. (Gaspari, 2002, p. 143)

A suscitação do medo, do pavor público, em um país que teme os pavores (literários) da revolução¹⁵, é campo fértil para a ascensão dos conservadores ao poder em momentos em que a violência e a economia andam mal. Se no meio de uma crise se fala em reformas estruturais na economia¹⁶, o pavor se torna algo digno de luta pública.

¹⁵ A exemplo, o fenômeno póstumo à revolução de sete de abril: “Prevalecia, deste modo, após o 7 de abril, a tendência que melhor testemunha as aspirações da sociedade, realizando-se, outra vez, para a preservação da ordem existente. Vencia o partido que advogava as modificações moderadas e que, no dizer de Moreira de Azevedo, ‘desejava que os progressos e mudança na ordem social marchassem de acordo com os progressos da inteligência e da civilização, que as reformas, a fim de permanecerem, fossem operadas lentamente e pelos meios legais’” (Mercadante, 1980, p. 112)

¹⁶ No movimento político da reforma agrária aconteceu algo que poderia chamar de peculiar quanto ao pensamento conservador de tendência anti-reformista. Trata-se da dissidência de grupos internos que aceitariam mudanças graduais. Nos dizeres de Aspásia Camargo: “De um modo geral indo ao encontro de um sentimento generalizado em favor da reforma, expresso através da “Aliança para o Progresso”, do

3.3. O Imperativo Moralizante

Nós somos o povo. Não somos [o povo] do comício da Guanabara, estipendiado pela corrupção. Aqui estão mais de 500 mil pessoas para dizer ao presidente da República que o Brasil quer a democracia, e não o tiranismo vermelho ... Aqui estamos sem tanques de guerra, sem metralhadoras. Estamos com nossa alma e com nossa arma, a Constituição.

*Padre Calazans, orador na Marcha da Família. Folha de S. Paulo, 20 mar. 1964.*¹⁷

A fala de Eugênio Gudín no ecoar das movimentações de 1964: <“*Temos tido governos inertes e governos incapazes, que pecaram largamente por omissão, deixando de aproveitar belas oportunidades para agir em benefício do país. Mas nunca tivemos, no Império ou na República, um governo tão encarniçadamente decidido a destruir, desmoralizar e até a prostituir tudo quanto neste país existe de organizado*” (Codato e Oliveira, 2004)> é um bom indicativo do imperativo moralizante a que quero me referir ao falar do argumento conservador. Ao se pretender um movimento de moral ilibada, o conservadorismo imprime nos outros movimentos a sentença segundo o julgo de seus próprios valores¹⁸.

A auto proclamação da anti-concupiscência e a atribuição do mal da corrupção aos imorais, responsáveis pelo mau público, é a sua tendência; isso sem dizer que o apelo à religiosidade suscita os preconceitos na ordem dos costumes, reiteradamente e artimanhamente associados à prática do mal. O imperativo moralizante é, senão, o elemento que agrega o oferta integridade ao movimento da ordem e da identidade. São os marcos da defesa do moralismo: o tradicionalismo familiar, a postura pública e as relações com o poder público.

Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e da reunião dos Bispos do Nordeste., estes mesmos setores apregoam a criação de uma justiça rural especializada, a distribuição de lotes em terras devolutas, e a maior presença moderadora do Estado através de órgãos como o recentemente criado “Conselho Nacional de Reforma Agrária”. Algumas parcelas das classes conservadoras manifestam-se, no entanto, francamente refratárias, tal como expressa o Presidente da Federação das Indústrias da Guanabara, para quem “reforma de base” é preparo educacional, respeito à autoridade e à moralidade política, e tranqüilidade para os que trabalham e produzem”. (Camargo, p. 241, 242) Trata-se portanto de uma certa tendência de busca de segurança, mas de forma diversa.

¹⁷ Em (Codato e Oliveira, 2004)

¹⁸ “Com a ampliação da pobreza e dos diferentes e perversos dualismos, nem mesmo os valores como o do pluralismo e princípios como o do respeito à diferença são compartilhados, o que inviabiliza o reconhecimento do outro enquanto ser moral, protegido pelos mesmos direitos e pelas mesmas garantias que cada cidadão reconhece para si” (Cittadino, 2013, p. 11).

APONTAMENTOS FINAIS

Como qualquer segmento do “pensamento político social teorizado”, o conservadorismo pode receber múltiplas classificações e conceituações, d’onde se variam um arcabouço infinito de críticas ou referências elogiosas, geralmente mais ligadas ao que são os seus formuladores do que aos representativos da ontologia do movimento. Suas classificações geralmente partem de pontos de vistas singulares, que podem rotulá-lo como “movimento de expressão singular”, ou como a “expressão de um pensamento coletivo”. É sempre importante observar que não há consensos ou caracterizações hegemônicas sobre quaisquer aspectos ou atitudes teorizantes que sobre ele recaem.

Como postura individual tem sido abstratamente considerado como atitude de apego à ordem estabelecida, rejeitosa às rupturas comportamentais e com forte apego simbólico. Já a classificação como expressão coletiva dificilmente reúne marcos genéricos predicativos, e por isso o que se pode depurar das construções teóricas que encontramos são direcionamentos específicos dos segmentos que em determinados períodos históricos ou em razão de determinados eventos políticos se expõem como ala conservadora. Por isso, a importância do estudo histórico do conservadorismo no Brasil para, no meio de tantas heterogeneidades se encontrar os apontamentos que dão coerência ou integridade ao movimento.

Deste modo, a análise do discurso tem importância singular. São nas formulações verbais, no vocabulário, e nas abordagens comunicativas que encontramos as intenções de fala e os valores defendidos pelos conservadores. Geralmente, como vimos, no Brasil, o apêlo reúne características de defesa das instituições burocráticas, dos valores da religião cristã católica, da liberdade intrínseca à sua própria lógica de mercado e das importações estéticas europeias, todas essas singularidades reunidas pelo instinto conciliador dessas múltiplas esferas de comportamento.

Para o exercício do poder político, tanto da tomada de poder quanto da intenção de exercício da própria hegemonia, o discurso tem funcionado também como mecanismo persuasivo. O discurso é, como denominei, o método de

costura do pensamento conservador, e tem se caracterizado por uma tridimensionalidade discursiva: a dimensão da identidade, a dimensão da ordem, e a dimensão moral. A dimensão da identidade contempla o discurso polarizante do “nós” e do “outro”, reúne elementos simbólicos de matriz religiosa e tendência unificadora, espelhada especialmente no mascaramento do passado; a dimensão da ordem é a retórica argumentativa de atribuição dos problemas sociais visíveis (crise econômica e violência) à situação de um período, dispensando explicações mais complexas, e alimentando-se da promessa de recuperação da paz ilustrada pela via institucional; por sua vez, a dimensão da moral é constituída da crença de que há classificações aceitáveis de enquadramento intencional humano, e que é possível constituir um governo que se livre da concupiscência pela via da escolha dos melhores.

A vida política brasileira tem convivido com o pensamento conservador em suas idas e vindas, e os momentos históricos que suscitaram maior apego a este modo de agir em coletivo, ou a captação pública por este discurso tridimensional que conta ainda com a contribuição do apego tradicional, na existência de líderes carismáticos e na crença na legalidade, foram os momentos de crise; crises institucionais e crises econômicas, na estrutura que chamamos de “ordem pública”. Foi o caso do processo de crise econômica da década de 1960 que nos levou à ascensão, com certo apoio popular, do governo militar na chamada por eles próprios de revolução de 64; e embora de difíceis contornos, ainda pouco definidos, tem sido assim diante da crise econômico-política desde 2015. A narrativa é a do combate à esquerda (identidade), à desordem institucional (ordem) e à corrupção (moral).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Azevedo. **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional**. Versão para eBook eBooksBrasil.com. 2002.

CAMARGO, Aspásia. **A questão agrária: crise de poderes e reformas de base ((1930-1964))**, in: FAUSTO, Boris(org.) *Historia Geral da Civilização brasileira: O Brasil republicano*. Tomo 3. São paulo. Difel. 1981

CALLADO, Antonio. **Tempo de Arraes: Padres e Comunistas na Revolução sem Violência**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Alvaro, editor. 1964.

CITTADINO, Gisele. **Pluralismo, direito e justiça distributiva: elementos de filosofia constitucional contemporânea**, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013

CORDATO, Adriano Nervo. OLIVEIRA, Marcus Roberto. **A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964**. Rev. Bras. Hist. vol. 24 no. 47 São Paulo 2004.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras: explicadas a revolucionários e reacionários**. 1. ed. São Paulo: Três Estrelas. 2014.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André. **Revedo o pensamento conservador**. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (Orgs.). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2010.

FICO, Carlos. **O Golpe de 1964: momentos decisivos**, Rio de Janeiro: FGV, 2014.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GEARY, D. A “**Virada lingüística**”, pós-modernismo e história do trabalho. **Perspectiva**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, v. 18, n. 33, jan./jul. 2000.

KIRK, Russel. **A política da prudência**. Tradução Gustavo Santos, Márcia Xavier de Brito. São Paulo: Realizações, 2014.

LESSA, Renato. “**Modos de Fazer uma República: demiurgia e invenção institucional na tradição republicana brasileira**”, em *Análise Social*, XXVII (3o), 2012, p. 508-531.

LEITE, Renato Lopes. **Republicanos e Libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MANNHEIM, Karl. “**O significado do conservantismo**”. In M. Forachi (org.), *Mannheim, Col. Grandes Cientistas Sociais*, São Paulo, Editora Ática, pp. 107-136. 1982.

MERCADANTE, Paulo. **A Consciência conservadora no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1980.

NUNES, Edson de Oliveira. **A Gramática Política do Brasil**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

PILATTI, Adriano. “Constituintes, Golpes e Constituições– os caminhos e des caminhos da formação constitucional do Brasil desde o período colonial”, em Marcos Emilio Gomes (org.), **A Constituição de 1988, 25 anos: a construção da democracia e liberda de de expressão: o Brasil antes e depois da Constituinte**, São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2013, p. 26-133.

OAKESHOTT, Michael. **Ser conservador**. Tradução Rafael Borges. Gabinete de Estudos Gonçalo Begonha, 2014. Disponível em: <http://portalconservador.com/livros/MichaelOakeshott-Ser-Conservador.pdf/html>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

SCRUTON, Róger. **Argumentos para o conservadorismo**. 1. ed. São Paulo: É Realizações. 2017.

SCRUTON, Roger. **Como ser um conservador**. 1. ed. Trad. Bruno Garschagen. Rio de Janeiro: Record, 2015.